

## Perspectiva comparada luso-brasileira sobre feminismos

### A Luso-Brazilian comparative perspective on feminisms

**Vanessa Pollak**

Doutoranda em História  
Universidade do Porto (U.Porto)  
vanessapollak@hotmail.com

**Recebido:** 05/12/2025

**Aprovado:** 01/04/2026

**Resumo:** O artigo analisa a categoria gênero e a História das Mulheres como ferramentas para a historiografia após séculos de invisibilidade e silenciamento da trajetória feminina. O estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, para verificar o início do movimento feminista em Portugal e no Brasil (meados do século XIX e início do século XX), identificando suas primeiras demandas e semelhanças. Ambos os contextos apresentaram um núcleo convergente de pautas, evidenciado pela luta pela educação como condição de emancipação, pelo sufrágio como símbolo de cidadania, pela revisão de leis civis e pelo reconhecimento da dignidade feminina. A análise histórica desses primórdios é crucial para compreender as desigualdades estruturais que persistem e que são confrontadas pelas lutas contemporâneas baseadas na interseccionalidade.

**Palavras-chave:** Estudos de gênero; Feminismo; luso-brasileira.

**Abstract:** This paper analyzes the category of gender and the history of women as essential tools for historiography, following centuries of invisibility and silencing of female trajectories. The study adopts qualitative approach, based on literature review, to examine the early feminist movements in Portugal and Brazil (from the mid-19th to the early 20th century), identifying their initial demands and points of convergence. Both contexts reveal a standard set of issues, notably the struggle for education as a condition for emancipation, suffrage as a symbol of citizenship, the revision of civil laws, and the recognition of women's dignity. The historical analysis of these beginnings is crucial to understanding the structural inequalities that persist and are challenged by contemporary struggles grounded in intersectionality.

**Keywords:** Gender studies; Feminism; Luso-Brazilian.

#### Introdução

A historiografia moderna foi marcada pela invisibilidade e pelo silenciamento da trajetória das mulheres. A célebre frase “Pela maior parte da história, anônimo foi uma mulher” (Woolf, 1935, tradução minha), evidencia a exclusão histórica das mulheres. Escrever a história das mulheres implica, essencialmente, romper com o silêncio ao qual foram historicamente relegadas. Esse cenário começou a se modificar de forma mais profunda no século XX, impulsionado pela intensificação das

lutas feministas e por transformações nas ciências sociais (Del Priori, 2017). A partir das décadas de 1960 e 1970, a história das mulheres ganhou fôlego como campo de pesquisa autônomo, possibilitando a ampliação da visibilidade feminina nos registros acadêmicos e culturais. A seguir, a guinada metodológica da Escola dos Annales, a partir do final dos anos 1970 e década de 1980 (CRACO, 2018), contribuiu para a valorização de novos objetos de estudo, permitindo que as mulheres fossem incluídas como sujeitos históricos.

O gênero tornou-se uma ferramenta descritiva e também explicativa das relações de poder e desigualdade historicamente construídas. Sua adoção permitiu discussões que perpassam o tema, abrindo caminho para a consolidação de diversos grupos feministas, como o Feminismo Negro, Marxista, Interseccional, Decolonial, Liberal, Queer e Ecofeminismo (Tomazette, 2019). Essa multiplicidade de vertentes é reconhecida pela própria definição do conceito, que sugere que o "Feminismo/Feminismos" não se encerra em conceitos objetivos, mas numa profusão de sentidos (Matos, 2010).

Estes estudos feministas e históricos colocaram o gênero em relevante categoria de análise e consolidou-se como uma ferramenta analítica fundamental para as ciências sociais e, especialmente, para a historiografia, marcando uma profunda transformação epistemológica na compreensão das relações sociais e de poder (Scott, 1995). Ao longo do século XX e no início do século XXI, a categoria de gênero tornou-se um campo de disputas teóricas e políticas (Furlin, 2021). Isso aconteceu com a inserção crescente de mulheres nas universidades, no contexto das segunda e terceira onda feminista, o que impulsionaria o uso do segmento como instrumento de legitimação acadêmica dos estudos feministas.

Em Portugal, por exemplo, a categoria gênero passou a ocupar um espaço central nas ciências sociais a partir das décadas de 1970 e 1980, refletindo o avanço das discussões feministas também no campo acadêmico (Monteiro, 2013). No Brasil, essa difusão intensificou-se a partir dos anos de 1990 e consolidada por marcos como a criação do Núcleo de Estudos do Gênero Pagu na Unicamp (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Em muitos trabalhos, a categoria "mulheres" foi substituída por "gênero", buscando uma conotação considerada mais objetiva e menos politizada, o que lhes conferiu uma maior legitimidade acadêmica.

Este artigo procura demonstrar os fundamentos e a relevância da categoria de gênero nos estudos contemporâneos, com foco na História das Mulheres e na formação dos movimentos

feministas em Portugal e no Brasil, identificando suas primeiras demandas, convergências e especificidades. Com isso, o objetivo geral é examinar os contextos históricos do Brasil e de Portugal, buscando compreender como se estruturaram os primórdios do movimento feminista em ambos os países, suas primeiras pautas de reivindicação e as possíveis convergências entre elas.

A questão central que orienta esta investigação é: de que modo os movimentos feministas em seus estágios iniciais, no Brasil e em Portugal, expressaram demandas semelhantes, ainda que inseridos em realidades políticas, sociais e culturais distintas? Parte-se da hipótese de que, apesar das diferenças de contexto, os feminismos brasileiro e português partilharam fundamentos comuns, especialmente nas reivindicações por educação, igualdade civil e política, e reconhecimento social da mulher como sujeito autônomo. O estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica sobre os feminismos no Brasil e em Portugal, com foco no período compreendido entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando emergem os primeiros movimentos feministas nesses países. A pesquisa baseia-se em fontes secundárias, tal como obras clássicas e contemporâneas sobre gênero e História das Mulheres.

Os critérios de seleção das fontes incluíram: (a) pertinência temporal, priorizando documentos e estudos produzidos entre 1850 e 1930; (b) relevância temática, voltada às primeiras pautas feministas: educação, cidadania, igualdade civil e autonomia econômica; e (c) representatividade, com ênfase em obras e autoras reconhecidas nos estudos de gênero, como Joan W. Scott, Michelle Perrot, Margareth Rago, Ana Vicente e Teresa Joaquim, entre outras. O procedimento metodológico compreendeu três etapas: (1) revisão conceitual dos fundamentos teóricos da categoria de gênero e da História das Mulheres; (2) comparação dos contextos históricos de Portugal e do Brasil; e (3) discussão das convergências e divergências entre os dois movimentos à luz dos debates contemporâneos sobre gênero.

Ao estabelecer um diálogo comparativo entre Portugal e Brasil, este artigo contribui para preencher uma lacuna ainda pouco explorada na historiografia internacional sobre os feminismos de língua portuguesa. A maior parte dos estudos sobre a Primeira Onda Feminista concentra-se em experiências anglo-saxônicas e francófonas, o que frequentemente marginaliza as dinâmicas políticas e culturais do espaço luso-brasileiro. Reconhece-se, contudo, que o estudo possui limitações decorrentes da natureza e disponibilidade das fontes históricas, especialmente a escassez de registros sobre mulheres negras, de classes populares e rurais, o que impõe uma leitura necessariamente mediada por narrativas produzidas, em grande parte, por mulheres das elites letradas e urbanas.

### **As contribuições e desafios dos estudos de gênero**

A categoria de gênero consolidou-se como uma ferramenta analítica fundamental para as ciências sociais e, especialmente, para a historiografia, marcando uma profunda transformação epistemológica na compreensão das relações sociais e de poder (Scott, 1995; Rago, 2014). Inicialmente restrito ao campo gramatical, o termo designava categorias como masculino, feminino e neutro, refletindo classificações linguísticas e, ocasionalmente, sendo utilizado de forma figurada para caracterizar comportamentos ou atributos sexuais (Scott, 1995). Exemplos históricos, como um dicionário de 1876 que aplicava o termo “gênero” à incerteza sobre o sexo de um homem retraído, já indicavam que a noção se constituía menos como uma descrição objetiva e mais como um sistema socialmente acordado de distinções (Scott, 1995). A virada conceitual ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, quando feministas, sobretudo norte-americanas, passaram a empregar “gênero” como categoria para compreender a organização social das relações entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico implícito em termos como “sexo” e “diferença sexual” (Scott, 1995; Pedersen, 2004; Rago, 2013). Essa nova perspectiva sublinha o caráter relacional das construções normativas de feminilidade e masculinidade, destacando que homens e mulheres são definidos reciprocamente e que não podem ser estudados de forma isolada (Scott, 1995).

No Brasil, a difusão da categoria intensificou-se a partir de grupos de estudos feministas nos anos 1990 e foi introduzida por intelectuais como Margareth Rago, Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo e Mariza Corrêa. A criação do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu na Unicamp e a publicação da revista *Cadernos Pagu* constituíram marcos importantes para a circulação dessas discussões (Rago, 2013). O periódico tornou-se um espaço central de interlocução entre diferentes correntes teóricas do feminismo acadêmico, reunindo contribuições inspiradas tanto no pós-estruturalismo quanto na tradição da história social e nas abordagens marxistas (Galli, 2013; Varikas, 1994). Nesse contexto, debates internacionais que marcaram a historiografia feminista também repercutiram no Brasil, como a discussão entre Joan Scott e Louise Tilly sobre o estatuto do gênero na História (Varikas, 1994). Enquanto Scott enfatizava a necessidade de uma abordagem analítica influenciada pelo pós-estruturalismo e pela crítica aos determinismos estruturais, Tilly defendia a relevância dos métodos da história social e da análise das experiências históricas das mulheres. A circulação dessas perspectivas contribuiu para consolidar o gênero como categoria de análise no campo historiográfico brasileiro, ao mesmo tempo em que evidenciou a pluralidade teórica que caracteriza os estudos feministas.

Essa realidade marcou o deslocamento de uma abordagem centrada exclusivamente na “história das mulheres”, voltada à recuperação de sujeitos historicamente silenciados, para uma perspectiva mais ampla e relacional, que busca compreender como as identidades e hierarquias de gênero são socialmente construídas e reproduzidas ao longo do tempo. Assim, o gênero passou a ser entendido como uma categoria que estrutura as relações sociais e simbólicas, articulando-se com outras dimensões de poder, como classe e raça. Ao incorporar influências teóricas do pós-estruturalismo, a categoria deixou de ser apenas descritiva e tornou-se uma ferramenta explicativa das desigualdades, capaz de problematizar os mecanismos discursivos e institucionais que sustentam a dominação masculina. No entanto, sua aplicação inicial manteve-se limitada, muitas vezes restrita a temas tradicionalmente associados ao universo feminino, tal como família, maternidade ou infância, reproduzindo, ainda que de forma mitigada, as fronteiras que pretendia superar.

A consolidação do conceito trouxe também desafios teóricos e metodológicos. Um deles refere-se à ausência de um corpo teórico unificado que conferisse ao gênero a mesma consistência explicativa alcançada pela categoria de classe nas teorias marxistas. As abordagens sobre gênero permaneceram fragmentadas, oscilando entre perspectivas descritivas, simbólicas e estruturais. Além disso, o predomínio de uma lógica binária (“homens” e “mulheres” como polos fixos) limitou a capacidade analítica do conceito, invisibilizando experiências dissidentes e identidades não normativas. Essa crítica revelou a necessidade de pensar o gênero de modo interseccional, compreendendo-o como uma rede dinâmica de relações atravessadas por classe, raça, sexualidade e outros marcadores sociais.

O uso da categoria de gênero marcou uma virada epistemológica nas ciências humanas, mas sua plena eficácia analítica exige superar limites conceituais, como o binarismo e a fragmentação teórica, em direção a uma compreensão mais ampla das desigualdades sociais. Nesse processo, a crítica queer de Judith Butler foi decisiva ao questionar a rigidez das categorias de masculinidade e feminilidade e os pressupostos heteronormativos do feminismo tradicional. Butler (2017) destaca que qualquer teoria feminista verdadeiramente emancipatória deve rejeitar normas excludentes e evitar a idealização de identidades fixas, sob o risco de reproduzir novas hierarquias e formas de exclusão. Essa crítica se conecta às contribuições de Angela Davis, que ao analisar as lutas feministas nos Estados Unidos do século XIX, expôs as limitações de um movimento frequentemente centrado na experiência de mulheres brancas de classe média. Davis (2016) observa que, em várias convenções feministas, as demandas das mulheres trabalhadoras e negras foram ignoradas ou silenciadas,

revelando que as alianças de gênero não eliminavam as barreiras impostas por raça e classe. Esse diagnóstico permanece atual, sendo recuperado por perspectivas como o feminismo anticolonialista, que identifica não apenas um sistema de exploração econômica, mas também uma estrutura que institucionaliza o sexismo e a violência de gênero, sobretudo contra as mulheres da classe trabalhadora (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Para essas autoras, o capitalismo nasceu de um processo de violência racista e colonial, e sua lógica reforça desigualdades que atravessam tanto o sexismo quanto o racismo, razão pela qual defendem um feminismo antirracista e anti-imperialista (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). A trajetória histórica das lutas feministas evidencia essas tensões. A busca pelo sufrágio, sobretudo entre trabalhadoras negras e brancas nos Estados Unidos do século XIX, ilustra como o voto era reivindicado como um símbolo de igualdade e como um instrumento de transformação social, articulado à luta de classes (Davis, 2016). No entanto, foi apenas a partir da década de 1960 que a história das mulheres e, posteriormente, o gênero se consolidaram como campos de estudo, deslocando o olhar de uma história centrada no corpo e na vida privada para uma análise que integra mulheres e homens nas dinâmicas políticas, sociais e culturais (Perrot, 2007). Portanto, a incorporação do gênero na análise histórica ampliou o campo de investigação e possibilitou a visibilidade de sujeitos marginalizados, mas sua plena efetividade depende de um esforço crítico contínuo que enfrente o binarismo e as intersecções de raça, classe e sexualidade. Para escrever a história das mulheres e do gênero é necessário romper com o silêncio, mas também reconhecer que este foi produzido e sustentado por estruturas de poder que demandam, ainda, questionamento crítico (Perrot, 2007).

Estas considerações foram fundamentais para a ampliação das discussões teóricas, incorporando contribuições de diferentes correntes, como o feminismo negro e anticolonialista (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019), que evidenciam a centralidade das intersecções entre gênero, classe, raça e colonialismo. Angela Davis (2016), por exemplo, demonstra como o racismo e o classismo perpassam as lutas sufragistas nos Estados Unidos, enquanto autoras como Butler (2017) e Beauvoir (2015) contribuíram para problematizar a construção social do feminino e a dominação masculina, articulando as relações de gênero a sistemas de poder históricos e simbólicos (BOURDIEU, 2002). Ao longo do século XX e início do XXI, a categoria de gênero tornou-se uma nova lente de análise e um campo de disputas teóricas e políticas. Conforme Perrot (2007), a história das mulheres deslocou-se de uma narrativa centrada no corpo e na vida privada para abarcar sua

atuação no espaço público como do trabalho e da política e evoluiu para uma história do gênero, que integra também a masculinidade e reconhece a multiplicidade de experiências femininas. Contudo, como destacam Butler (2017) e Davis (2016), permanece o desafio de construir análises que superem a falsa universalidade da “mulher” e incorporem suas realidades diversas.

### **Panorama histórico dos movimentos feministas**

A história do feminismo costuma ser organizada em “ondas”, cada uma representando momentos específicos de mobilização política das mulheres em torno de seus direitos civis, políticos e sociais. A partir da segunda década do século XXI, surge o que estudiosas têm chamado de quarta onda do feminismo, caracterizada pela intensificação das mobilizações através das redes sociais, pelo fortalecimento das denúncias de violência sexual e de gênero e pela centralidade da pauta da interseccionalidade (Burke, 2023). As décadas de 1990 e início dos anos 2000 são balizadores da terceira onda, caracterizada pela crítica à universalização da experiência feminina e pela valorização da diversidade. A segunda onda feminista desenvolveu-se nas décadas de 1960 e 1970, e expandiu em sua agenda a inclusão de questões como sexualidade, direitos reprodutivos, divisão sexual do trabalho, violência doméstica e desigualdade no mercado de trabalho (Pinto, 2010; Beauvoir, 2015; Dworkin, 1974; Crenshaw, 1989).

Neste estudo, temos como foco o desenvolvimento e as contribuições da chamada primeira onda, situada entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, concentrou-se principalmente na conquista de direitos políticos, sobretudo o sufrágio. Simone de Beauvoir (2015) lembra que, já em 1867, o tema foi levado ao Parlamento Britânico pelo economista John Stuart Mill, que defendia a igualdade entre homens e mulheres. Para Mill (1999, p. 35) “a sujeição das mulheres é uma das principais causas do atraso do progresso humano; sua emancipação completa traria um benefício incalculável a todos”. Nesse período, realizaram-se também os primeiros congressos feministas internacionais, que reuniram mulheres de diferentes classes sociais para debater o sufrágio feminino e os direitos civis. As conquistas políticas ocorreram em tempos distintos em cada país, como nos Estados Unidos (1920), Inglaterra (1918), França (1944) e Brasil (1932) (Scott, 1990). Apesar dos impactos positivos, o movimento também foi alvo de críticas. Autoras feministas apontaram o risco da seletividade, haja vista que grande parte das vozes mais ouvidas eram de mulheres brancas e famosas, enquanto mulheres pobres, negras, indígenas e periféricas continuaram

invisibilizadas nos processos de escuta e reparação (HOOKS, 2019). Essa seção vai discorrer sobre a primeira onda no Brasil e em Portugal.

### **Panorama histórico dos movimentos feministas no Brasil**

Antes mesmo da formação de movimentos organizados, a condição feminina no Brasil colonial e imperial era marcada por restrições severas e pela divisão sexual do trabalho, que relegava às mulheres o espaço doméstico e reservava aos homens a esfera pública (Garcia, 2015; Del Priore, 2017). A elevada mortalidade materna e infantil mantinha as mulheres brasileiras subordinadas ao espaço doméstico, em função da necessidade de altas taxas de fecundidade (Garcia, 2015). As mulheres negras, majoritariamente escravizadas, eram privadas de qualquer direito, enquanto as livres viviam em relativo isolamento, com acesso limitado à educação e ao trabalho remunerado, em uma sociedade patriarcal que atribuía aos homens o papel de provedores (Del Priore, 2017; Hahner, 1990; Garcia, 2015).

Entretanto, tais regras não esgotavam a diversidade das experiências femininas no período. A historiografia tem demonstrado que, enquanto para as mulheres pobres, livres, forras e escravizadas o cotidiano era marcado pelo trabalho, pela circulação nos espaços urbanos e rurais e por múltiplas estratégias de sobrevivência e negociação com as estruturas de poder, enquanto para as mulheres das camadas mais abastadas prevaleciam mecanismos mais rigorosos de controle moral, familiar e educativo (Dias, 1995).

A realidade feminina no Brasil colonial e imperial não pode ser compreendida, portanto, de forma homogênea, mas antes como plural e atravessada por profundas diferenças sociais. A esse respeito, Gonzalez (1984) trás uma reflexão que revela que a cultura brasileira, profundamente atravessada pela herança colonial e escravista, produz e reproduz imagens estereotipadas da mulher negra, associando-a simultaneamente à servidão e à hipersexualização (Gonzalez, 1984). E, por isso, a análise da condição das mulheres no Brasil neste período, exige atenção à diversidade das experiências históricas, evitando generalizações e reconhecendo que a subordinação feminina assumiu formas distintas de acordo com os marcadores de raça, classe, liberdade e inserção social (Del Priore, 2017; Hahner, 1990).

Essa pluralidade, fez com que a agência feminina se fizesse presente em momentos decisivos da história do país. Durante o processo de independência, mulheres atuaram de forma expressiva,

embora frequentemente invisibilizadas pela historiografia (Garcia, 2015). Hipólita Jacinta Teixeira de Mello, na Conjuração Mineira, financiou ações e denunciou traidores (Garcia, 2015; Telles, 2009); Bárbara Alencar, na Revolução de 1817, liderou revoltas e foi presa por sua militância (Telles, 2009); e Maria Quitéria de Jesus, disfarçada de homem, lutou nas guerras de independência, sendo posteriormente reconhecida como Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro (Del Priori, 2017). Um manifesto de 1823, assinado por 120 mulheres da Paraíba em apoio à independência, reforça o caráter coletivo e politicamente engajado dessas primeiras expressões de protagonismo feminino (Garcia, 2015; Telles, 2009).

No que tange à defesa pública da emancipação feminina, a escritora e educadora Nísia Floresta Augusta (1810-1875), de família nordestina e burguesa, é amplamente reconhecida como a primeira mulher feminista de destaque no Brasil (Garcia, 2015; Ribeiro et. al, 2021). Por volta da metade do século XIX, ela publicou pensamentos críticos e revolucionários sobre a condição feminina e as regras sociais (Garcia, 2015; Ribeiro et. al, 2021). Seus escritos questionavam a ideia de superioridade masculina, identificando-a como uma construção social e cultural vinculada à educação e às conjunturas da vida, antecipando a noção de gênero como uma estruturação sociocultural. Além de suas pautas feministas, ela também se envolveu ativamente nas discussões sobre a escravização e o movimento abolicionista e republicano (Garcia, 2015). Nesse contexto, o movimento abolicionista, que ganhou força a partir de 1850 com a proibição do tráfico negreiro, abriu às mulheres brasileiras um espaço inédito de participação política "da porta para fora" (Garcia, 2015; Telles, 2009).

Embora, num primeiro momento, sua militância estivesse voltada principalmente para a emancipação dos escravizados e não diretamente para a conquista de seus próprios direitos, essa atuação possibilitou que organizassem sociedades abolicionistas, como a Sociedade de Libertação (RJ, 1870), a Sociedade Redentora (1870) e a Ave Libertas (Recife, 1884), responsável por libertar cerca de duzentos escravos (Garcia, 2015; Telles, 2009). Diversas mulheres se destacaram nesse período ao engajarem-se em uma causa social tão urgente, abrindo caminhos para que, mais tarde, pudessem reivindicar seus próprios direitos, ainda que essas mobilizações estivessem majoritariamente circunscritas às camadas médias e abastadas da sociedade (Costa, 2004). Entre elas, destacam-se Maria Firmina dos Reis (1825-1917), escritora e professora que defendeu a abolição em jornais e no romance *Úrsula* (1859), o primeiro de autoria feminina no Brasil, no qual conferiu dignidade aos personagens escravizados (Garcia, 2015; Telles, 2009); Maria Josephina Mathilde Durocher (1809-1893), autora, em 1871, do primeiro manifesto feminino pela emancipação, no qual

denunciava a escravidão como "cancro social" e "herança colonial" (Garcia, 2015); Chiquinha Gonzaga (1847-1935), pianista e compositora que participava de "conferências-concerto" abolicionistas e vendia suas composições para alforriar escravizados (Garcia, 2015); e Maria Amélia de Queiroz, professora pernambucana que realizava palestras públicas em defesa da libertação dos escravos e do divórcio, além de abrigar foragidos (Telles, 2009).

Paralelamente ao abolicionismo, a imprensa feminina, surgida em meados do século XIX, atuou como um "embrião do movimento propriamente de mulheres" (Garcia, 2015). Caracterizada por ser editada e, em muitos casos, de propriedade das próprias mulheres, essa imprensa revelava um alto nível de conscientização entre as mulheres cultas da época e contribuiu significativamente para preparar o terreno para futuras lutas (Garcia, 2015), afinal, essas experiências eram decisivas para a constituição de uma consciência política e social entre as mulheres brasileiras. Ao promover sua inserção na esfera pública, essas práticas coletivas possibilitaram o desenvolvimento de repertórios discursivos, formas de sociabilidade e instrumentos organizacionais que seriam posteriormente mobilizados na luta por direitos. Nesse processo, a imprensa feminina desempenhou papel central, na medida em que se constituiu como espaço de circulação de ideias, produção de representações e interlocução com suas leitoras, ampliando as possibilidades de participação feminina no debate público e na cultura letrada (Luca, 2012; Luca, 2006).

Alguns exemplos se destacam, como "O Jornal das Senhoras" (1852), editado por Joana de Paula Manso, que alertavam sobre as necessidades e capacidades femininas, ainda que ressaltando o papel de "amar e agradar aos homens" (Garcia, 2015). Outras publicações, como "O Sexo Feminino" (1873), de Francisca Motta Diniz, denunciavam a condição da mulher como "escrava" em todo o mundo (Garcia, 2015), e "A Família", de Josefina Álvares de Azevedo, defendia a educação completa, o divórcio e o voto feminino (Garcia, 2015; Telles, 2009). Este cenário evidencia que tanto a participação das mulheres no movimento abolicionista quanto a atuação da imprensa feminina do século XIX representaram marcos para a formação de uma consciência política e social das mulheres brasileiras. Essas experiências coletivas inseriram as mulheres na esfera pública e lhes proporcionaram instrumentos discursivos e organizacionais que seriam fundamentais para a posterior reivindicação de seus próprios direitos.

A luta pelo direito ao voto, identifica Céli Pinto (2003), como a principal manifestação inicial do feminismo no Brasil, que começou a ganhar forma no final do século XIX (Sarmiento, 2017). Durante o período imperial, algumas iniciativas jurídicas buscaram legitimar o sufrágio feminino, mas

a Constituição Republicana de 1889 representou um retrocesso, ao abolir a possibilidade de participação política das mulheres, reforçando a concepção de que a política seria uma atividade "desonrosa" para o sexo feminino (Garcia, 2015). Já a Constituição de 1891, apesar de não excluir expressamente as mulheres, também não lhes assegurava de forma inequívoca esse direito, resultando em sucessivas recusas de alistamento (Garcia, 2015). As resistências eram sustentadas por discursos profundamente marcados pelo patriarcalismo e pelo cientificismo da época: enquanto alguns deputados defendiam a suposta "inferioridade mental" ou o "retardo evolutivo" das mulheres, outros, sob uma ótica positivista, exaltavam uma alegada superioridade moral feminina que, paradoxalmente, as tornaria incompatíveis com o exercício político, relegando-as ao papel de "rainhas do lar" (Telles, 2009). Esse contexto evidencia como as barreiras legais e ideológicas se entrelaçaram para retardar o reconhecimento do sufrágio feminino, ao mesmo tempo em que impulsionaram a organização e a mobilização das mulheres em prol de sua cidadania plena.

Apesar das recusas ao alistamento, muitas mulheres viram na ausência de proibição explícita na Constituição de 1891 uma oportunidade legal. Nesse cenário, destaca-se a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF), em 1910, no Rio de Janeiro, liderado por Leolinda Daltro, considerada uma precursora do feminismo no Brasil (Garcia, 2015). O PRF foi o primeiro partido político exclusivamente feminino, com foco na luta pelo sufrágio, projetando Leolinda por sua forte resistência social, já evidenciada em sua atuação anterior em defesa dos povos indígenas Xerente. Embora seus atos mais marcantes ocorram após o período analisado, a criação do PRF simboliza o auge da mobilização feminina por direitos políticos. A hostilidade à causa é exemplificada pelo caso de Maria José Rebello, em 1918, quando críticas à sua candidatura evocavam Daltro como símbolo de uma ameaça à ordem familiar e aos papéis tradicionais de gênero (Garcia, 2015).

O movimento feminista brasileiro surgiu em meio a um contexto conservador e enfrentou restrições estruturais que moldaram suas pautas e estratégias. Diferente de movimentos sufragistas mais confrontacionais observados em alguns países europeus e nos Estados Unidos, adotou estratégias marcadas pela moderação discursiva e pela busca de legitimidade dentro da ordem social vigente. Por esse motivo, parte da historiografia o caracteriza como um feminismo "bem-comportado" (ALVES, 2013), expressão que remete à opção política de muitas lideranças por formular reivindicações sem questionar frontalmente as hierarquias de gênero dominantes. Nesse contexto, o chamado "discurso emancipatório ameno" alinhava-se aos ideais republicanos e apresentava as demandas femininas como compatíveis com a ordem social (Almeida, 2000, p. 6). A

defesa da educação feminina, por exemplo, era frequentemente justificada como benefício para a família e para a nação, reforçando valores do lar cristão e patriótico (Almeida, 2000, p. 7). Essa estratégia buscava evitar confrontos diretos com a hegemonia masculina, o que, embora facilitasse a aceitação pública das reivindicações, também limitava o potencial transformador do movimento (Garcia, 2015, frequentemente reduzindo a educação das mulheres à preparação para os papéis tradicionais de esposa e mãe (Almeida, 2000).

A composição social desse feminismo inicial reforça essa limitação: suas principais lideranças e bases estavam concentradas "fundamentalmente nos setores de vanguarda da burguesia e da pequena burguesia urbana" (Garcia, 2015, p. 18). Assim, as reivindicações por igualdade mantinham-se "contidas nos marcos de uma dada igualdade: a das mulheres para com os homens de mesma posição social" (Costa, 2004, p. 28), excluindo as demandas das camadas populares. As mulheres operárias, por exemplo, tiveram atuação restrita no campo político-institucional e concentraram seus esforços em greves e movimentos por melhores salários e condições de trabalho. Além disso, as ideologias dominantes no movimento operário, anarquismo até meados da década de 1920 e, posteriormente, o Partido Comunista, relegavam as pautas feministas a segundo plano, priorizando as "lutas gerais" (Garcia, 2015). Outra limitação crítica, exacerbada pela predominância de um feminismo de elite, foi a invisibilidade das mulheres negras, indígenas e das camadas mais pobres. Enquanto a primeira onda feminista, internacionalmente situada até meados da década de 1960, concentrava-se sobretudo em demandas civis e jurídicas, as "dinâmicas sociais de desvantagem" permaneceram operando de forma intensa, recaindo principalmente sobre "mulheres mais pobres, das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras do campo" (Ribeiro et al., 2021).

Essa lacuna foi reforçada por uma historiografia hegemônica que, ao privilegiar figuras como Bertha Lutz, cujas principais atuações ocorreram após a primeira década do século XX, mas que simboliza a elite branca do movimento, frequentemente marginalizou a presença e o protagonismo político de mulheres negras, como Maria Rita Soares de Andrade (Ribeiro et al., 2021). Essa exclusão também se refletiu na construção da chamada "sororidade", concebida como um elo de solidariedade feminina baseado em uma suposta identidade biológica universal, mas que, na prática, ocultava as profundas desigualdades de classe, raça/etnia e geração (Costa, 2004). As mulheres de classes médias e altas que ingressaram na vida pública ou profissional frequentemente o fizeram apoiadas na "maternidade transferida", ou seja, o trabalho doméstico e de cuidado desempenhado por outras mulheres, geralmente mais pobres, o que lhes garantia o "conforto dos lares" e a continuidade de

suas próprias aspirações (Costa, 2004). Essa rede de suporte invisível, embora essencial para o avanço das feministas de elite, perpetuava relações assimétricas e reforçava padrões de exploração entre as próprias mulheres (Costa, 2004). Ademais, a adoção de uma concepção universal de patriarcalismo obscureceu experiências familiares diversas, como aquelas chefiadas por mulheres, e negligenciou as interseções entre classe, raça/etnia e geração que marcavam de maneira diferenciada a condição feminina no Brasil (Costa, 2004).

Essa rede de suporte invisível, embora essencial para o avanço das feministas de elite, perpetuava relações assimétricas e reforçava padrões de exploração entre as próprias mulheres (Costa, 2004). Além disso, a adoção de uma concepção universal de patriarcalismo obscureceu experiências familiares diversas, como aquelas chefiadas por mulheres, e negligenciou as interseções entre classe, raça/etnia e geração que marcavam de maneira diferenciada a condição feminina no Brasil (Costa, 2004). A necessidade de legitimar as demandas femininas em uma sociedade profundamente patriarcal levou à adoção de estratégias conciliadoras, evitando confrontos diretos e, por vezes, reforçando papéis tradicionais. Essa configuração, restrita às elites e à pequena burguesia urbana, marginalizou as mulheres negras, trabalhadoras e pobres, invisibilizando desigualdades estruturais sob a retórica de uma "sororidade" que não abarcava a diversidade das experiências femininas (Costa, 2004).

Desse modo, os primórdios do feminismo no Brasil, especialmente entre o final do século XIX e o início do XX, configuraram-se como um projeto ambíguo. Por um lado, foram fundamentais para a construção de um espaço político feminino e abriram caminhos para a participação das mulheres na esfera pública; por outro, permaneceram fortemente condicionados por um viés elitista e conservador, que limitou sua capacidade de promover transformações estruturais mais profundas. Embora as lideranças mais visíveis do movimento estivessem associadas às elites letradas e às pautas do sufragismo liberal, é importante destacar que mulheres trabalhadoras também participaram das mobilizações políticas do período, organizando-se em associações operárias, sindicatos e ligas de trabalhadoras. Essas experiências, frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional e pelo próprio feminismo burguês, evidenciam que as reivindicações femininas não se restringiam às elites e que as demandas por direitos políticos coexistiam com lutas por melhores condições de trabalho e de vida. Assim, as primeiras décadas do feminismo no país revelam um campo marcado por tensões internas, no qual diferentes grupos de mulheres disputavam os sentidos da emancipação feminina e

os caminhos para enfrentar as desigualdades de gênero, classe e raça que estruturavam a sociedade brasileira.

Outrossim, a historiografia tem demonstrado que a chamada primeira onda feminista no Brasil não se constituiu de maneira isolada, mas em diálogo contínuo com circuitos transnacionais de ideais, impressos, modelos associativos e articulações políticas que conectavam o país a debates mais amplos sobre emancipação feminina, educação, direitos civis e sufrágio. Desde o final do século XIX, essas conexões manifestaram-se por meio da circulação de periódicos, livros, traduções e referências intelectuais provenientes sobretudo da Europa e da América Latina, favorecendo a formação de uma cultura política feminista que ultrapassava as fronteiras nacionais (Hahner, 1980; Hahner, 1990). Já nas primeiras décadas do século XX, tais vínculos tornaram-se mais visíveis e institucionalizados no âmbito das articulações sufragistas e pan-americanas, especialmente a partir da atuação de Bertha Lutz e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cuja inserção em redes internacionais de mulheres conferiu maior densidade política e projeção externa ao feminismo brasileiro (Karawejczyk, 2018; Marino, 2014).

### **Panorama histórico dos movimentos feministas em Portugal**

Na passagem do século XIX para o XX, as mulheres portuguesas encontravam-se relegadas a uma posição de acentuada desigualdade. Como descreve Esteves (2001, p. 87), estavam “sem quaisquer direitos políticos e confinadas ao tradicional, e imutável, papel de esposas, mães, irmãos ou filhas”, sendo consideradas legalmente menores e sujeitas à tutela dos pais ou maridos. Esta condição não apenas refletia uma estrutura jurídica discriminatória, mas também consolidava uma ordem social e cultural que limitava as possibilidades de atuação feminina e as afastava das esferas de decisão. A denúncia deste estado de coisas e a tentativa de transformá-lo tiveram início no seio de uma pequena elite intelectual feminina, composta por escritoras, professoras, médicas e educadoras, que passou a questionar os preceitos ancestrais de subordinação e a propor novas formas de participação social. Estas mulheres identificaram as injustiças a que estavam submetidas e aspiraram a um papel interveniente na vida pública, de acordo com as suas “reais capacidades” (Esteves, 2001, p. 87). Entre as vozes pioneiras destacam-se Alice Pestana, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Louise Ey e Magalhães Lima, cujas denúncias se articularam também com influências externas, nomeadamente de

ativistas francesas e espanholas como Jeanne Oddo-Deflou, Concepción Arenal e Carmen de Burgos y Seguí (Melo; Pimentel, 2015).

Estes intercâmbios demonstram que o feminismo português não se desenvolveu isoladamente, mas esteve em diálogo com correntes internacionais que defendiam igualdade, instrução e participação política. Os estudos de gênero no contexto português revelam que entre o final do século XIX e o início do século XX o movimento se construiu de forma gradual, moderada e, muitas vezes, sob tensão entre ideais emancipatórios e os limites impostos por uma sociedade profundamente patriarcal (Marques, 2018). Silva (1983) e Esteves (2001) evidenciam que, nesse período, as reivindicações femininas articularam-se em torno da educação, da participação cívica, da revisão das leis civis e da valorização social da mulher, mas o fizeram por meio de estratégias que privilegiavam a persuasão, a instrução e o gradualismo. Segundo Esteves (2001, p. 152), o movimento feminista português do início do século XX se desenvolveu “em tom moderado, mais próximo da persuasão e da educação do que da contestação aberta e da ruptura”. As origens desse movimento remetem ainda ao último quartel do século XIX, quando surgem publicações pioneiras e reflexões sobre a condição feminina.

Obras como *A Mulher e a Vida* (1872), de Joaquim Lopes Praça, e *A Mulher: Sua Infância, Educação e Influência Social* (1880), de Sanches de Frias, já apontavam para a necessidade de se pensar a mulher como sujeito social ativo (Silva, 1983, p. 876). Em 1868, o periódico *A Voz Feminina* lançou um discurso que Silva (1983, p. 876) caracteriza como “declarada e radicalmente feminista”, ainda que produzido por um grupo que se apresentava como exclusivamente feminino, mas que, na prática, contava também com a colaboração e participação de homens em sua redação e produção editorial (Melo; Pimentel, 2015; Rato, 2023). Tal caracterização decorre do fato de que o periódico defendia explicitamente a instrução das mulheres, criticava as limitações impostas à sua participação na vida social e intelectual e reivindicava maior autonomia feminina, posicionamentos que, no contexto do século XIX, confrontavam diretamente os padrões sociais que confinavam as mulheres à esfera doméstica. Essa fase preparatória expressava tanto um despertar intelectual quanto a percepção de que a educação seria a via fundamental para a emancipação. Entre 1905 e 1908, assistiu-se à emergência de uma série de iniciativas, publicações e associações que transformaram um debate antes restrito aos salões literários em um movimento organizado e progressivamente politizado.

Um marco simbólico desse período foi a publicação, em 1905, de *Às Mulheres Portuguesas*, de Ana de Castro Osório, considerada por Regina Tavares da Silva “o manifesto do movimento feminista português” (Silva, 1983) por abordar “questões relacionadas a situação da mulher, o seu estatuto legal e os condicionalismos culturais inerentes e questões de índole mais teórica, sobre o feminismo, igualdade dos sexos, direito à educação e ao trabalho e direito a salário igual” (Silva, 1983, p. 283). O triênio 1906-1908 consolidou um conjunto de ações que assinalaram a transição do feminismo português de uma atuação dispersa e literária para formas mais institucionalizadas de militância. Neste período, formou-se a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906); multiplicaram-se os artigos escritos por mulheres nos periódicos republicanos; o jornal *O Mundo* criou a seção *Jornal da Mulher*; Ana de Castro Osório fundou o Grupo Português de Estudos Feministas (1907); uma delegação feminina participou no Congresso Nacional do Livre Pensamento (1908); realizou-se o plebiscito às mulheres republicanas; e, ainda em 1908, organizou-se a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) (Esteves, 2001, p. 88). Essas iniciativas expandiram o alcance do feminismo e demonstraram a crescente diversidade de suas expressões.

A composição social e ideológica do movimento era heterogênea, sendo composto por monárquicas como Domitila de Carvalho e Olga Moraes Sarmiento, republicanas como Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório e Maria Veleda, e libertárias como Ermelinda Rodrigues, Lucinda Tavares e Deolinda Lopes Vieira (Esteves, 2001). Essa pluralidade resultou em diferentes concepções de feminismo que variavam do reformismo gradualista ao ativismo republicano mais combativo. Os salões literários do final do século XIX desempenharam um papel fundamental como incubadoras desse movimento, sendo frequentados por mulheres cultas que levaram o debate feminista ao espaço público e integraram as primeiras associações organizadas (Esteves, 2001, p. 88). Paralelamente, médicas como Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo representaram um núcleo cada vez mais relevante, enquanto as professoras se mobilizavam nos Centros Escolares Republicanos, consolidando uma base de apoio ligada à instrução e à pedagogia.

Um exemplo significativo dessa fase inicial foi a constituição da Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz. Formalizada em 1906 sob a presidência de Olga Moraes Sarmiento da Silveira, a Liga foi descrita por Virgínia Quaresma como “o primeiro evento público e explicitamente feminista”, marcando a passagem “das palavras para as ações e da intervenção individual para a força coletiva” (Melo; Pimentel, 2015; Rato, 2023). No mesmo ano, foi publicado o panfleto *Problema Feminista*, contendo o discurso de Olga Sarmiento, que, embora feminista, apresentava uma visão

restrita e tradicional: defendia a educação feminina principalmente como instrumento para formar melhores mães e educadoras e exaltava iniciativas assistenciais da Rainha D. Amélia, rejeitando mudanças radicais nos papéis sociais (Esteves, 2001, p. 88-89). Esse viés moderado foi alvo de debate dentro do próprio movimento. Virgínia Quaresma, em 1907, advertia que o feminismo português deveria ser adaptado à realidade de um país com maioria analfabetas, defendendo que “é necessário que as feministas portuguesas tracem um programa criterioso de ação prática, pondo de parte exaltações ridículas, ideias prematuras, combates tão violentos como inúteis” (Esteves, 2001, p. 89).

Contudo, o feminismo português não permaneceu limitado a este enfoque cauteloso. A fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), em agosto de 1908, marcou uma ruptura com as concepções feministas mais moderadas e aristocráticas, explicitando a exclusão de monárquicas e aproximando-se dos ideais republicanos. A ideia partiu de António José de Almeida, mas foi rapidamente apropriada por figuras como Maria Veleda, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo. Maria Veleda destacou a necessidade de romper com associações pacifistas e sustentava que “o ideal feminista só triunfaria com a vitória da República” (Esteves, 2001). A partir de sua criação, a LRMP conquistou supremacia no feminismo republicano, mesmo reunindo internamente diferentes estilos de liderança. As atividades da Liga foram fundamentais para radicalizar a presença feminina no espaço político: promoveram discussões sobre o sufrágio, a elegibilidade feminina para cargos públicos e a emancipação social das mulheres. Em julho de 1909, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo renunciaram ao Comitê Português de La Paix et le Désarmement par les Femmes, evidenciando o afastamento em relação ao pacifismo moderado e a adesão a pautas mais combativas (SILVA, 1983).

As demandas centrais do feminismo português da primeira década do século XX refletiam esta tensão entre moderação e radicalização. Entre elas: o direito à educação, visto como meio de superar a ignorância e alcançar a igualdade na “luta pela vida”; a igualdade civil e política, incluindo o direito de voto e a possibilidade de as mulheres serem eleitas; a liberdade profissional e econômica, permitindo-lhes escolher suas ocupações em comércio, ciências, artes e letras; reformas legais relativas ao direito de propriedade, investigação de paternidade ilegítima e divórcio; e a luta contra o analfabetismo feminino (Esteves, 2001, p. 89). Assim, esse período revelou um feminismo plural e em construção, que oscilava entre o reformismo moralizante e a militância republicana, entre o pacifismo e a mobilização política, entre a ênfase na maternidade e a reivindicação da plena

cidadania. Como observa Esteves (2001), essas contradições não foram sinais de fraqueza, mas antes expressões de um movimento que se expandia para além das fronteiras sociais e ideológicas tradicionais, articulando mulheres de diferentes origens e convicções num esforço comum por educação, igualdade e reconhecimento.

A passagem do feminismo português da “advocacia individual para a ação coletiva” (Esteves, 2001, p. 88) foi uma etapa necessária para que as demandas das mulheres se tornassem questão pública, deixando de ser uma inquietação de elites letradas para assumir o contorno de um movimento político-social capaz de influenciar o curso da história nacional. Assim, na segunda década do século XX, o feminismo português se organizou institucionalmente, influenciado por correntes internacionais e pela efervescência política que conduziria à implantação da República em 1910. A LRMP tinha como objetivo, segundo seus estatutos, “orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa [...] tornando-a um indivíduo autónomo e consciente; fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças” (Silva, 1983, p. 876). Em 1914, nasce o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a mais duradoura e influente organização feminista desse período, filiando-se ao Conselho Internacional das Mulheres e, posteriormente, à Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres (Silva, 1983). Seus objetivos abrangiam desde a “remuneração equitativa do trabalho” até a “higiene das grávidas e puérperas”, passando pela “proteção à criança contra os maus-tratos” e pelo combate à prostituição infantil (Silva, 1983, p. 877).

Nesse período, o termo “feminismo” carregava um peso simbólico ambíguo. Como observa Silva (1983, p. 878), era frequentemente “saudado com o ridículo, o desprezo, a malevolência e o escárnio”, obrigando as militantes a definirem, antes de tudo, o que o feminismo não era. Surgiu assim a distinção entre “falso feminismo”, entendido como imitação caricatural do homem ou tentativa de domínio sobre ele; e o “verdadeiro feminismo”, que se pretendia construtivo, justo e moderado. Por contraste, o verdadeiro feminismo era descrito como uma doutrina de paz e de elevação moral. Para Cabete, tratava-se de uma causa pela “dignificação da mulher” e pela conquista de “Justiça, Verdade, Luz, Direito Humano” (Silva, 1983, p. 881). Virgínia de Castro e Almeida via no feminismo uma “grande e generosa ideia de redenção, que avança gravemente com a serenidade majestosa de todas as forças invencíveis destinadas a mudar a face do mundo” (Silva, 1983, p. 882).

Esse discurso, longe de ser radical, buscava inserir a emancipação feminina como parte de um projeto de progresso moral e social mais amplo.

Esteves (2001, p. 160) sublinha que a via escolhida pelas feministas portuguesas era “uma estratégia de moderação que permitia, ao mesmo tempo, dialogar com os poderes constituídos e evitar a marginalização social”. Essa escolha explica muitas das promessas que permaneceram não cumpridas, sobretudo o direito ao voto feminino, que só seria parcialmente conquistado em 1931, sob o Estado Novo, e universalizado apenas em 1976 (Marques, 2018). Entre as principais lutas identificadas por Silva (1983) e Esteves (2001), destacam-se: o direito de voto e de elegibilidade para cargos políticos; a revisão das leis civis e familiares (divórcio, poder paternal, administração de bens, capacidade jurídica); a independência econômica e a remuneração equitativa; o acesso à educação e a profissões vedadas; a proteção da maternidade e da infância; e o reconhecimento social e intelectual da mulher. Assim, a trajetória do feminismo português até o início do século XX caracteriza-se por um paradoxo: ao mesmo tempo em que denunciava a opressão histórica que reduzira a mulher a uma “boneca fútil” ou “serva embrutecida” (Silva, 1983, p. 885), optava por um caminho de transformação gradual, de “caminhar seguro, embora lento, do espírito feminino para a sua autonomia” (Ana de Castro Osório, apud Silva, 1983, p. 890). Esse caminho criou as bases para a institucionalização posterior do movimento e para as conquistas do século XX.

### **Análise comparada entre Brasil e Portugal: o princípio do silêncio quebrado (Séculos XIX-XX)**

A emergência dos primeiros movimentos feministas no Brasil e em Portugal, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX, representa um momento de ruptura simbólica com o silêncio histórico que relegara as mulheres à invisibilidade. Essa ruptura, contudo, não se deu de forma homogênea: foi resultado de contextos nacionais distintos, marcados por estruturas patriarcais persistentes, por hierarquias de classe e raça, e por diferentes modos de articulação entre modernidade, cidadania e identidade feminina. Como observam Scott (1990) e Perrot (2007), o gesto de escrever a história das mulheres implica, antes de tudo, questionar as fronteiras que separam o público do privado, fronteiras que, nesses dois contextos, estruturaram o regime de exclusão de gênero.

Em Portugal, o feminismo do início do século XX emergiu de uma elite intelectual feminina que se alinhou ao ideário republicano, valorizando a educação como instrumento de emancipação e progresso moral (Esteves, 2001; Silva, 1983). O discurso feminista português adotou um tom moderado e pedagógico, buscando inserir a mulher no espaço público sem romper abertamente com o modelo patriarcal. Essa opção estratégica de moderação transformadora (Esteves, 2001) pretendia conciliar emancipação e moralidade, sustentando o ideal de uma mulher instruída, mas ainda vinculada a valores familiares e cívicos. Da mesma forma, no Brasil, o discurso feminista, também elitista e permeado por ideais republicanos, articulou-se a uma realidade social profundamente desigual e racializada, onde a exclusão das mulheres negras e pobres permaneceu quase absoluta (Garcia, 2015; Costa, 2004; Rago, 2014), tal como em Portugal. A defesa da educação, frequentemente apresentada por Nísia Floresta e outras pioneiras como meio de aprimoramento moral e social, oscilava entre a emancipação e a reafirmação de papéis tradicionais, refletindo a ambiguidade de um feminismo que buscava legitimidade dentro da ordem patriarcal (Almeida, 2000; TelleS, 2009).

Enquanto o feminismo português se institucionalizava através de organizações como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que reivindicavam reformas civis e o direito ao voto (Esteves, 2001; Silva, 1983), o feminismo brasileiro desenvolvia-se em torno da imprensa e de associações abolicionistas, nas quais as mulheres ensaiavam sua entrada no espaço público por meio da palavra escrita e da ação política (Garcia, 2015; Telles, 2009). Em ambos os contextos, portanto, a imprensa foi um canal privilegiado de resistência simbólica e de circulação de ideias. A presença de autoras como Ana de Castro Osório em Portugal e Nísia Floresta no Brasil revela uma rede transatlântica de intercâmbio intelectual (Melo; Pimentel, 2015), que antecipou o caráter internacionalista do feminismo e consolidou a escrita como forma de insurgência, aquilo que Rago (2014) denomina “genealogia discursiva da mulher moderna”.

Contudo, o alcance desses movimentos era condicionado pelas fronteiras sociais que delimitavam quem podia falar e ser ouvida. Em Portugal, o alto índice de analfabetismo feminino restringia a participação das mulheres populares, enquanto no Brasil a escravidão e o racismo institucionalizado produziam uma exclusão ainda mais profunda. Assim, o princípio do “silêncio quebrado”, embora fundacional, foi também seletivo. À luz das críticas de Angela Davis (2016) e das abordagens interseccionais de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), é possível afirmar que tanto o feminismo português quanto o brasileiro partilharam o mesmo desafio: universalizar a experiência de

mulheres brancas e letradas como se representasse o conjunto das mulheres, perpetuando hierarquias internas ao próprio movimento.

A centralidade da educação, elemento comum a ambos os contextos, adquire sentidos distintos quando lida sob essa lente crítica. Em Portugal, ela simbolizava a entrada das mulheres no espaço da razão e da cidadania; no Brasil, onde a alfabetização feminina era privilégio de classe e raça, funcionava também como mecanismo de distinção social. A comparação, portanto, revela que a luta por instrução, sufrágio e autonomia não pode ser compreendida fora das estruturas de poder mais amplas, tal como as raciais, coloniais e de classe, que definiam o lugar das mulheres em cada sociedade. Assim como destacou Bourdieu (2002), o poder simbólico do patriarcado opera não apenas pela coerção, mas pela naturalização de papéis sociais, o que explica a persistência de discursos moralizadores mesmo dentro dos movimentos emancipatórios.

O paralelismo entre Portugal e Brasil não se resume às suas elites feministas: ambos os feminismos expressaram, com diferentes intensidades, a tentativa de conciliar tradição e modernidade, submissão e autonomia. Em ambos, as mulheres insurgiram-se contra o silêncio histórico, mas por estratégias distintas: em Portugal, por meio de reformas graduais; no Brasil, pela legitimação da presença feminina na esfera pública sem ruptura direta com a ordem social vigente. O denominador comum foi a luta pela dignidade e pelo reconhecimento da mulher como sujeito político, ainda que dentro de um horizonte limitado. Em termos scottianos, tratou-se de um processo de reinscrição simbólica das mulheres na história, mas ainda condicionado pelas estruturas discursivas que as definiam como “outras” (Scott, 1990).

Dessa forma, a análise comparada entre Brasil e Portugal demonstra que os primeiros feminismos ibero-americanos e lusófonos foram tanto gestos de ruptura quanto de continuidade. Romperam o silêncio ao reivindicar educação, cidadania e igualdade, mas conservaram a gramática moral e racial da sociedade que buscavam transformar. Como observa Perrot (2007), escrever a história das mulheres é também escrever sobre suas ausências e silenciamentos. Em ambos os países, essas ausências ecoam como lembrete de que a emancipação feminina, iniciada entre o século XIX e o XX, foi um projeto inacabado, um ponto de partida para novas formas de resistência e de reinterpretação do passado à luz das interseccionalidades que hoje reconfiguram o próprio sentido do feminismo.

### **Considerações finais**

A análise desenvolvida neste artigo, centrada nas primeiras reivindicações dos movimentos feministas em Portugal e no Brasil, mostra a articulação entre a luta política por direitos e a transformação epistemológica da historiografia. A exclusão histórica das mulheres exigiu a ruptura com o silêncio imposto para que elas fossem reconhecidas como sujeitos históricos. A consolidação da categoria de gênero como ferramenta analítica, especialmente a partir do século XX, representou uma virada paradigmática que conferiu legitimidade acadêmica aos estudos feministas e permitiu a análise das relações de poder para além do determinismo biológico. A comparação entre os contextos português e brasileiro meados do século XIX e início do século XX revelou que, apesar das especificidades locais, ambos os movimentos emergiram como resposta à opressão de sistemas patriarcais profundamente enraizados. Destacaram-se, nesse processo, pautas convergentes fundamentais. A educação foi compreendida como condição indispensável para a emancipação feminina: em Portugal, a alfabetização era vista como chave para a igualdade na vida pública; no Brasil, a instrução foi defendida como primeiro passo para a autonomia, ainda que, por vezes, instrumentalizada por discursos conservadores.

A luta pelo sufrágio, por sua vez, constituiu a principal bandeira política organizada, com o Partido Republicano Feminino no Brasil e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas em Portugal, liderando os debates sobre voto e elegibilidade. A necessidade de revisão das leis civis e familiares também se impôs como pauta central, com a defesa do divórcio e da igualdade jurídica em ambos os países. Além disso, a valorização da mulher como sujeito autônomo e digno de respeito foi um eixo comum, refletindo a aspiração por reconhecimento moral, social e intelectual. A circulação de ideias entre os dois países, inclusive por meio da imprensa e da atuação de mulheres portuguesas em periódicos brasileiros, reforçou a construção de uma consciência feminista transnacional, ainda que moldada por contextos culturais distintos. Estudar os primórdios do feminismo, portanto, não se limita à preservação da memória: trata-se de uma ferramenta crítica para compreender as desigualdades estruturais que persistem.

As limitações da Primeira Onda, frequentemente interpretadas como resultado de um viés de classe e da exclusão de mulheres negras, indígenas e operárias, podem ser compreendidas também como efeito de seu apagamento nos registros históricos e nas narrativas produzidas sobre o movimento. Nesse sentido, vertentes contemporâneas do feminismo têm buscado revisitar essas experiências e incorporar a interseccionalidade como princípio ético e político, de modo a

reconhecer a pluralidade das trajetórias femininas e tornar visíveis grupos historicamente marginalizados. A análise histórica, assim, contribui para a visibilização de sujeitos marginalizados e para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

Ao evidenciar as especificidades históricas e as convergências estruturais entre os dois contextos, esta pesquisa amplia o escopo geográfico e epistemológico dos estudos de gênero, propondo uma leitura transnacional que valoriza as trocas intelectuais e as interdependências históricas entre as periferias do mundo ocidental. Assim, o artigo contribui não apenas para o aprofundamento da historiografia sobre os feminismos luso-brasileiros, mas também para a descentralização do cânone feminista internacional.

Esta investigação concentrou-se nas pautas iniciais do feminismo, com base em fontes secundárias. Tal recorte impõe limitações, sobretudo no que se refere à representação das vozes de mulheres operárias, negras e indígenas, frequentemente silenciadas ou marginalizadas pelo feminismo hegemônico. Além disso, persistem desafios teóricos em torno da própria categoria de gênero, como o risco do binarismo e a ausência de uma teoria estrutural comparável à de classe. Diante disso, propõem-se três eixos para investigações futuras: aprofundar a pesquisa documental e da micro-história sobre as experiências e reivindicações de mulheres trabalhadoras e racializadas no Brasil e em Portugal durante a Primeira Onda; analisar com maior profundidade a circulação de ideias, textos e ativistas entre os dois países, considerando as adaptações culturais e políticas das agendas feministas; e explorar como os movimentos feministas contemporâneos enfrentam as limitações herdadas da Primeira Onda, bem como os novos desafios éticos e políticos emergentes. Em última instância, escrever a história das mulheres é um gesto de ruptura com o apagamento. A trajetória dos feminismos brasileiro e português revela que a luta pela emancipação é múltipla, dinâmica e exige constante revisão crítica.

#### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, Jane Soares. **“As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania”**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan. /abr.2000. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.81i197> Acesso em: 14/07/2025.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário CETROS, 2013. p. 113-121.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. Lisboa: Objectiva: 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Lisboa: Quetzal Editores, 2015.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURKE, Tarana. **Me Too: a história de coragem, solidariedade e esperança de quem deu voz a um movimento**. São Paulo: Cultrix, 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.

COSTA, Suely Gomes. **Movimentos feministas, feminismos**. Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 23-36. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300003>. Acesso em: 13/06/2025.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. A recomposição da historiografia francesa após a crise de hegemonia dos Annales. **Sæculum—Revista de História**, 2018, 15-36.

CRENSHAW, Kimberle. **Desmarginalizando a Intersecção de Raça e Sexo: Uma Crítica Feminista Negra à Doutrina Antidiscriminatória, à Teoria Feminista e à Política Antirracista**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 8. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 16/07/2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. New York: E.P. Dutton, 1974.

ESTEVES, João. **Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª Década do Século XX**. Penélope: Revista de história e ciências sociais, v. 25, p. 87-112. 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2654444.pdf>. Acesso em: 15/06/2025.

FURLIN, Neiva. Do gênero à “ideologia de gênero” no campo das políticas educacionais: apontamentos teóricos, históricos e políticos. **Revista Práxis Educacional**, 2021, 17.44: 465-487.

GALLI, Laura Spritzer. **A teoria feminista na historiografia: um estudo sobre a produção das historiadoras na revista Cadernos Pagu (1993-2012)**. 2013.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do movimento feminista no Brasil**. Clase abierta “El movimiento feminista brasileño” em Facultad Latinoamericana, 2015. Disponível: <https://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acesso em 10/06/2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Ciências sociais hoje**. Brasília: ANPOCS, 1984.

HAHNER, June E. Feminism, women's rights, and the suffrage movement in Brazil, 1850–1932. **Latin American Research Review**, v. 15, n. 1, p. 65-111, 1980.

HAHNER, June E. **Emancipating the female sex: the struggle for women's rights in Brazil, 1850–1940**. Durham: Duke University Press, 1990.

HOOKS, Bell. **Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-468.

MARINO, Katherine M. Transnational Pan-American feminism: the friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926-1944. **Journal of Women's History**, v. 26, n. 2, p. 63-87, 2014.

MARQUES, Ana Teresa Correia e Silva de Oliveira. **Capazes.pt: pertinência e eficácia desta plataforma na comunicação com a sociedade civil sobre o feminismo, a igualdade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/46413>. Acesso em: 09/08/2025.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de sociologia e política**, 2010, 18.36: 67-92.

MELO, H. P. de, & PIMENTEL, I. F. **Mulheres Portuguesas: História da Vida e dos Direitos das Mulheres num Mundo em Mudança**. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTEIRO, Rosa. Feminismo de estado emergente na transição democrática em Portugal na década de 1970. **Dados**, 2013, 56.4: 841-865.

PEDERSEN, Susan. Comparative History and Women's History: Explaining Convergence and Divergence. In: **Women's history: review**. London: Routledge, 2004.

PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **“Descobrimos historicamente o gênero”**. Cadernos Pagu, n. 11, p. 89-98. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso em 05/08/2025.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RATO, Rita. **Mulheres e resistência: Novas cartas portuguesas e outras lutas**. Lisboa: Tinta da China, 2023.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. **As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro**. Estudos Feministas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/136148>. Acesso em 05/11/2025.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0 [manuscrito]: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 f. (Tese doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/BUBD-AQKHD4>. Acesso em: 15/08/2025.

SCOTT, Joan. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott”**. Educação & realidade. Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 19/08/2025.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1990.

SILVA, da Maria Regina Tavares. **“Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX”**. Análise Social, v. XIX, n. 77-78-79, p. 875-90, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41010433?seq=1> Acesso em: 23/07/2025.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 483–516.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2019.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, 1994, 3: 63-84.

WOOLF, Virginia. **A room of one's own**. London: Hogarth Press, 1935.